

Economistas chamam atenção para a dívida

Sérgio Leo

Brasília — As perspectivas para a economia brasileira são “pouco otimistas” e as necessidades de pagamento da dívida externa, principalmente por parte do governo (que detém 85% da dívida) ameaçam “invadirizar a execução de quaisquer políticas fiscais, monetárias e de preços e salários”. O alerta é do Conselho Regional de Economia do Distrito Federal, composto, em sua maior parte, de economistas dos escalões inferiores do próprio governo, em sua **Carta de Conjuntura** que começa a ser distribuída aos economistas de Brasília esta semana.

O documento lembra que a economia, em 1987, deverá crescer a taxas menores que no ano passado (quando o crescimento foi, segundo estimativas do IBGE, de 7,7%, “bastante aquém das projeções oficiais alarmistas de meados do ano”). E o motivo será o “objetivo expresso do governo”, de conter salários e realinhar preços, o que, segundo a diretoria do Conselho de Economia, deve provocar a redução dos salários reais e ameaçar o mercado interno, responsável, segundo avalia, pelo crescimento da economia nos últimos dois anos.

A alta das taxas de juros — provocada a partir de julho, pelo governo, com a justificativa de reduzir o consumo e desestimular a retenção de estoques de produtos para especulação —, aliada à volta da inflação, dará força aos intermediários financeiros, que, no ano passado, não tiveram como expandir suas atividades. A absorção, pela ciranda financeira, dos recursos que poderiam ser destinados à produção, impedirá que se repitam os estímulos à construção civil, por exemplo. Em 1986, a construção civil teve crescimento de 15%, graças ao deslocamento dos investimentos do setor financeiro para esse setor.

Os economistas de Brasília chamam atenção ainda para as “relações perversas” entre os endividamento externo e interno, que, acreditam, agravarão as tendências para o crescimento da inflação. Como é o setor público que detém a maior parte da dívida externa (85%) e é o setor privado quem obtém, com as exportações, os recursos necessários para pagá-la, o governo é obrigado a trocar esses recursos por títulos da dívida pública (aumentando a dívida interna) ou emitir cruzados para compra-los, aumentando o dinheiro em circulação, que, na falta de bens no mercado interno, agravada com a exportação, contribuem para o aumento de preços, alimentando a inflação.

Os economistas lembram, porém, que o futuro da economia dependerá dos ajustes escolhidos pelo governo e dos sacrifícios impostos aos diversos grupos que se apropriam da renda produzida no país. E, por isso, eles recomendam que “os credores externos não podem ser poupados”, e que se limite a remessa de juros ao exterior de acordo com a capacidade real de pagamento do país.

O pagamento dos juros encontra-se acima de níveis históricos, os preços dos produtos exportados reduziram-se e os importados cresceram de preço, graças à política de nossos credores no mercado internacional, analisa a **Carta de Conjuntura**. Somente a redução do pagamento da dívida poderia permitir ao país reduzir a necessidade de obter superávits com exportações de seus produtos e possibilitaria a formação de poupança para financiar o crescimento do país, dizem os economistas. Essas, segundo acreditam, seriam as únicas bases para um “entendimento nacional” possível e realista.